

Estatal será chamada ao debate

Com um capital nominal estimado em US\$ 330 bilhões, as empresas estatais têm mais força e vigor do que seu maior acionista, a União, que há mais de uma década se debate na Unidade de Terapia Intensiva (UTI), à beira da falência. Este é um dos motivos apontados pelo secretário-executivo do Planejamento, Paul Jungmann, para explicar a desenvoltura com que estas empresas têm se negado a se submeter às decisões de seu controlador, o Estado. “Mas isto já começou a mudar e vai mudar muito mais ainda”, avisa ele.

O Ministério do Planejamento já começou a formular uma política nacional para as estatais, com o objetivo de torná-las mais produtivas e de enquadrá-las nas decisões de política econômica do Governo. A política específica prevê os contratos de gestão, mas antes deles, regras para tarifas, folha de pagamento, etc. Jungmann adianta que “apesar do programa de privatização em curso, esta definição é importante porque, mesmo com as privatizações, o Governo tem um estoque de 110 ou 120 empresas cujo processo de transferência à iniciativa privada demorará anos, ou até mesmo não acontecerá nunca. E tem que haver uma política específica para estas empresas”.

O secretário adiantou que nos próximos dias convocará uma reunião inédita com todos os presidentes das estatais para começar um diálogo sobre a formulação desta política nacional e sobre o futuro destas empresas.

Fábula — Para comparar a rela-

ção de poder entre estatais e a União, o secretário conta uma fábula: “É como se o Governo saísse num pequeno bote para pescar e, em determinado momento, descobrisse que a rede havia fiscado um imenso peixe, uma enorme baleia azul. A baleia foi levando o bote para o meio do mar. Aí o barqueiro resolveu pôr a baleia dentro do bote. É mais ou menos o que acontece entre Governo e estatais. Se o Governo resolvesse pôr a baleia dentro do bote, acabaria afundando”.

Aos poucos, no entanto, o Governo vai amestrando a baleia. No dia 31 de agosto, às vésperas dos dissídios coletivos dos bancos federais e dos petroleiros, a Seplan baixou o decreto 908, que impunha regras para a política salarial das estatais. No mês, chamado pelo secretário de “setembro negro”, os acordos salariais envolviam US\$ 13 bilhões — do total de US\$ 18 bilhões que é a massa salarial das estatais. Com o decreto, conta Jungmann, o Governo estabeleceu uma moldura que contivesse os acordos dentro do razoável.

Da mesma forma, a Seplan encontrou uma maneira de obrigar as estatais a apresentarem informações sobre seus fundos de pensão — informações que vinham sonegando há meses. Exigiu-se o envio destas informações para concessão da certidão negativa, expedida pelo Ministério para que as empresas realizem uma série de operações como *leasing*, reajustes de tarifas, dissídios coletivos, etc. Resultado: das 81 estatais com fundo de pensão, 77 já encaminharam as informações solicitadas.